



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO
TRABALHO DE SANTA RITA**

Equipe de Correição: Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Baia da Traicao, Caldas Brandão, Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de Sao Felix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Sobrado
Normativo de criação	RA nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	4/6/2019
Data da última correição	5 de maio de 2023
Período de correição	1º/4/2023 a 31/7/2024

Aos 15 de agosto de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 026/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

José Brito Espínola, foram recebidos pelo Juiz titular, Paulo Roberto Vieira Rocha, pelo Diretor de Secretaria, Welton da Silva Mangueira e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2023 a 31/7/2024 (16 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Paulo Roberto Vieira Rocha	Ato TRT SGP nº 119/2021 - 21/6/2021

A Corregedoria Regional registra que o Magistrado José Guilherme Marques Júnior, atuou como Juiz substituto fixo na Unidade correicionada até o dia 22 de outubro de 2023 (Ato TRT 13 SCR nº 117/2023). O Juiz substituto Aécio Pereira de Filho foi designado para, a partir do dia 23 de outubro de 2023, atuar na Vara correicionada, em caráter permanente (Ato TRT SCR nº 120/2023), com efeito legal cessado em razão da publicação da Resolução Administrativa TRT13 N.º 011/2024 de 25 de março de 2024.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **11** servidores:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Antony Cândido Neves da Silva Neto	Técnico Judiciário	5/12/2019
Heitor Eustaquio Pereira Lemos	Técnico Judiciário – Assistente V	19/12/2019
Jose Jacio da Fonseca Furtado	Técnico Judiciário – Assistente III	2/6/2019
Joy Allan de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	10/1/2023
Leonardo Silva Arroxelas Macedo de Luna	Técnico Judiciário – Assistente V	10/7/2023
Patricia Cristina Felix Medeiros Andrade	Técnico Judiciário – Assistente III	2/6/2019
Rebeca Samico Rodrigues Barreto	Analista Judiciário – Assistente III	10/7/2023
Severino dos Ramos da Silva Nery	Técnico Judiciário – Assistente V	14/1/2022
Sony Regina Silveira Braga	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/6/2019
Suzana Lima da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	2/6/2019
Welton da Silva Mangueira	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	28/6/2021

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que os servidores da unidade correicionada não utilizam, ainda, de forma plena, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância (WIKI-VT). Informou, por fim, que a Vara implementa adoção de boas práticas, abaixo relacionadas:

- a) Superterça: Pauta extra na última terça-feira do mês, com 30 processos;
- b) Audiências presenciais, primando pela qualidade da prova oral;
- c) Digitação por voz nas audiências (ferramenta do Google Drive);
- d) Cooperação com a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita para procedimentos e solução similares em casos análogos;
- e) 100% das sentenças condenatórias LÍQUIDAS;
- f) 100% dos incidentes e despachos na execução, que envolvam cálculos, prolatados de forma líquida (com cálculo em anexo);
- g) Liberação imediata de valores após o trânsito em julgado. O devedor intimado para pagar apenas a diferença, já calculada;
- h) Audiências Unas, com impugnação em mesa;
- i) Designação de audiências de uma mesma empresa para a mesma data;
- j) Razões finais orais (em audiência), sem concessão de prazo adicional;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- k) Designação de perícia como última tarefa da instrução, primando pela utilização de provas emprestadas ou outros elementos;
- l) Utilização da ferramenta MAIS PJE;
- m) Inclusão em PAUTA DE CONCILIAÇÃO quando o devedor requer pagamento parcelado;
- n) Utilização de arquivos compartilhados no Google Drive (e comentários) para elaboração de minutas e cálculos.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte:Hórus e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 31/7/2024, um acervo processual de 1155 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	384
Fase de Liquidação	41
Fase de execução	727
Cartas precatórias e de ordem	3
TOTAL	1155

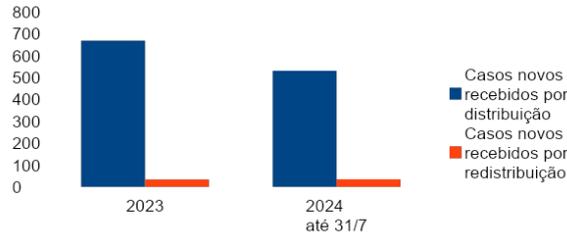
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/7
Casos novos recebidos por distribuição	667	530
Casos novos recebidos por redistribuição	33	35
TOTAL	700	565



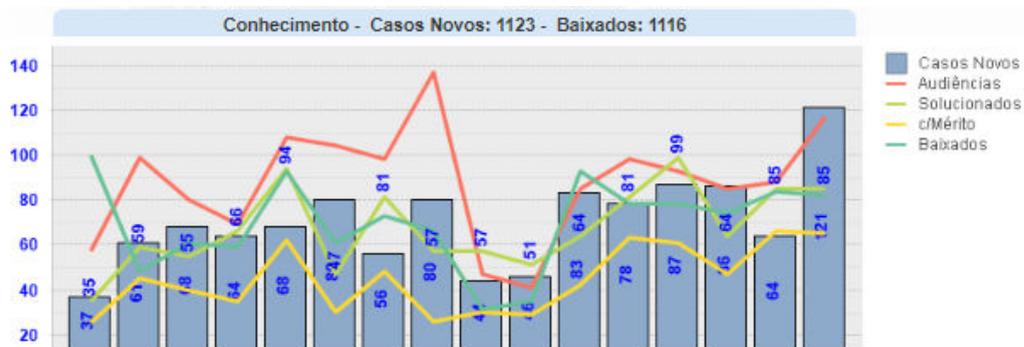
**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



No período correicionado, houve registro de quatro processos recebidos com sentença anulada pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas
0000188-03.2023.5.13.0033
0000308-46.2023.5.13.0033
0000435-07.2020.5.13.0033
0000455-72.2023.5.13.0033

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/23 a julho/2024).



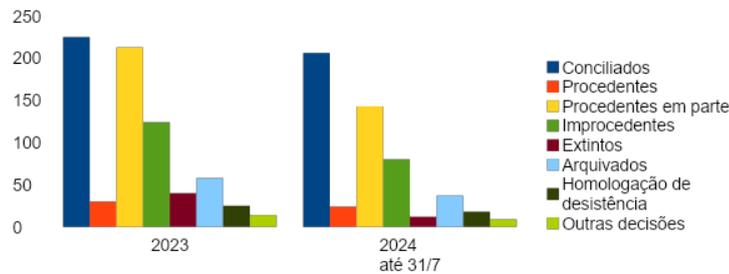
2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/7
Conciliados	225	206
Procedentes	30	24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

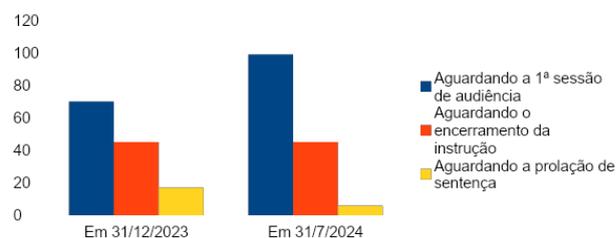
Procedentes em parte	213	143
Improcedentes	124	80
Extintos	40	12
Arquivados	58	37
Homologação de desistência	25	18
Outras decisões	14	9
TOTAL	729	529



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/7/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	70	99
Aguardando o encerramento da instrução	45	45
Aguardando a prolação de sentença	17	6
TOTAL	132	150



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/7	Variação (%)
Fase de conhecimento	343	384	11,95%
Fase de liquidação	97	41	-57,73%
Fase de execução	791	727	-8,09%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	1	2	4	8	1
Conciliação em conhecimento	21	6	9	2	0
Conciliação em Execução	17	43	22	14	2
Una	231	359	162	168	24
Instrução	28	26	12	24	9

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada normalmente realiza audiências de terça a quinta-feira e, às segundas-feiras e sextas-feiras, a critério do magistrado.

3.2. Audiências realizadas nas Varas do Trabalho de Guarabira, Sousa e Unidade Correicionada. (Fonte: Hórus)

MÊS	VT Guarabira	VT Sousa	2ª VT Santa Rita	Média (excluída a unidade)
-----	--------------	----------	------------------	----------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				correicionada)
abril/23	102	68	57	85
maio/23	173	142	99	157,5
junho/3	28	20	80	24
julho/23	14	79	69	46,5
agosto/23	183	110	108	146,5
setembro/23	79	94	104	86,5
outubro/23	153	114	98	133,5
novembro/12	103	41	137	72
dezembro/23	16	59	47	37,5
janeiro/24	84	43	41	63,5
fevereiro/24	22	101	85	61,5
março/24	66	100	98	83
abril/24	149	95	93	122
maio/24	152	143	85	147,5
junho/24	128	113	88	120,5
julho/24	94	68	117	81
TOTAL	1546	1390	1406	1468

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/7
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	37	44
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	62	22
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	86	58
Da conclusão à prolação da sentença	14	8
Do ajuizamento até a prolação da sentença	96	65

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item		2023	2024 até 31/7
Embargos de declaração	Recebidos	117	90
	Baixados	124	91
	Pendentes	3	3
Tutela Provisórias	Recebidos	47	25
	Apreciadas	37	23
	Pendentes	1	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	43	22
	Baixados	30	23
	Pendentes	7	-

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/4/2023 a 31/7/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	495	464	29
Recurso adesivo	23	13	-
Agravo de petição	110	77	1
Total	628	554	30

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **82** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **149** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **107** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/7** é de **58** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **90** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **71** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **96** dias, para o ano base de **2023** e de **65** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de julho**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **434** dias, e de **337** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de julho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/7
Execuções pendentes	778	19
Execuções iniciadas	512	392
Desarquivados	107	17
Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	526	450
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	1	1

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/23 a julho/2024).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Acordo	PJe	R\$ 4.553.512,87	R\$ 4.356.335,28
Espontâneo	PJe	R\$ 1.693.806,03	R\$ 1.177.956,06
Execução	PJe	R\$ 2.583.411,91	R\$ 1.084.834,00
TOTAL		R\$ 8.830.730,81	R\$ 6.619.125,34

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/7
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 166.413,13	R\$ 138.471,73
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 946.041,85	R\$ 494.852,38
Imposto de renda	PJe	R\$ 128.525,92	R\$ 9.451,99
Valores pagos decorrentes de multa aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	PJe	R\$ 535,21	-
TOTAL		R\$ 1.241.516,11	R\$ 642.776,10

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2023 a 31/7/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	573
INFOJUD	PJe	121
SIMBA	PJe	1
INFOSEG	PJe	6
RENAJUD	PJe	244
BNDT	Pendentes (PJe)	71
	Incluídos (PJe)	280



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	106,45%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,56%
Unidade Correicionada	93,95%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **530** casos novos (por distribuição) e **512** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 93,95%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,12% da Meta 2
	99,62% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	106,41% da Meta 3
	42,57% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	114,92% da Meta 3
	42,95% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	136,39% da Meta 3
	50,97% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	176,57%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	73,95%
Unidade Correicionada	98,71%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	35	20	190	224	84,44	91,80	88,27	
2024-02	93	52	176	213	57,89	74,74	66,04	
2024-03	78	54	174	193	45,79	60,50	52,50	
2024-04	78	59	177	177	38,39	48,89	43,01	
2024-05	74	69	181	178	33,58	41,20	36,97	
2024-06	84	66	158	182	26,33	36,25	30,85	
2024-07	82	71	186	169	26,20	30,18	27,95	

JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

PAULO ROBERTO VIEIRA ROCHA		
Motivação	Fonte	Período
Férias	SAOAdm	10/4/2023 a 29/4/2023
Férias	SAOAdm	3/7/2023 a 22/7/2023
Férias	SAOAdm	13/5/2024 a 1º/6/2024

A Corregedoria registra que o Juiz substituto, José Guilherme Marques Júnior, quando atuou na Unidade correicionada, na condição de Juiz substituto, no período de abril a 22 de outubro de 2023, usufruiu de um período de férias de 2 a 21 de maio de 2023.

12.1 Audiências realizadas (1º/4/2023 a 31/7/2024) - (Fonte: Hórus)

	Una	Enc. Inst/ Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Paulo Roberto Vieira Rocha	627	94	20	-	16	72	829
José Guilherme M. Junior abril a 22 de out/2023	175	27	56	4	2	23	287
Andre Machado Cavalcanti	1	-	-	-	-	-	1
Alisson Almeida de Lucena.	-	-	-	-	21	18	39
Aercio Pereira de L.Filho	152	18	23	12	8	23	236

12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Paulo Roberto Vieira Rocha	84	35	36	155
Aercio Pereira de Lima Filho	22	8	2	32
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	1	-	-	1
Jose Guilherme Marques Junior abril a 22 de out/2023	38	6	8	52



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	2	4
--------------------------------	---	---	---	---

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Paulo Roberto Vieira Rocha	228	35	164	100	1	44	24	38	634
Aercio Pereira de Lima Filho	68	1	42	37	-	24	9	9	190
Jose Guilherme Marques Junior abril a 22 de out/2023	77	8	66	31	1	17	12	10	222

No período correccionado, o Juiz titular laborou 366 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,73 processo/dia. O então Juiz substituto, José Guilherme Marques Júnior, no período de abril a outubro de 2023, laborou 192 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,16 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.1 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	547
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	371
Homologação da Transação Extrajudicial	95
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	17
Consignação em Pagamento	17
Embargos de Terceiro Cível	14
Produção Antecipada da Prova	5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	547
Ação de Cumprimento	4
Ação Civil Coletiva	3
Tutela Cautelar Antecedente	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Reintegração / Manutenção de Posse	1
Petição	1
Mandado de Segurança Cível	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	líquidas	Ilíquidas	%
Paulo Roberto Vieira Rocha	196	1	99,49%
Jose Guilherme Marques Junior - abril a 22 de out/2023	60	14	93,75%
Aercio Pereira de Lima Filho	45	-	100%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	190
Jose Guilherme Marques Junior	222
Paulo Roberto Vieira Rocha	634

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 10 dias

Magistrados	Dias
Paulo Roberto Vieira Rocha	5
Jose Guilherme Marques Junior - abril a 22 de out/2023	20
Aercio Pereira de Lima Filho	10

16. DO OBSERVATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo o Juiz titular da unidade correicionada respondido em 5 de dezembro, destacando o empenho e dedicação de toda a sua equipe, evidenciando um compromisso exemplar com as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enaltecendo que graças ao esforço coletivo e ao trabalho de cada servidor, a Vara não apenas tem atendido, mas também superado todas as metas definidas. O tempo médio de tramitação dos processos, tanto nas fases de conhecimento quanto na de execução, tem apresentado melhorias semelhantes. Além disso, a Unidade demonstra um firme compromisso com a regularidade dos registros de arrecadação e pagamentos, com a supervisão contínua do diretor de secretaria, que garante a correta observância desses procedimentos. No que diz respeito às sentenças líquidas, há um esforço coletivo para garantir que todas sejam publicadas em sua totalidade. As poucas sentenças ilíquidas ainda registradas, resultam de situações pontuais. Destaca-se que a questão relacionada aos "dados do PJe - Análises" foi regularizada pela secretaria, com a recomendação reforçada à equipe para um acompanhamento contínuo e adequado deste item. Todos os processos com pendência de BNDT foram devidamente regularizados, exceto aqueles que estão em grau de recurso na instância superior e os que se encontram na CREF, aguardando o retorno para o cumprimento efetivo. E por fim, relatou que, em relação às pendências do SISBAJUD, particularmente no que tange ao relatório de "bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento", a secretaria solucionou a maioria das questões, incluindo as ordens de bloqueio que estavam pendentes de desdobramento, restando apenas os processos iniciados em novembro/2023, que ainda apresentam a situação de "teimosinha" ativa.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre abril de 2023 e julho de 2024 - 16 meses:

Movimentação	Valor total
Outros beneficiários	R\$ 3.621,14
Pagamento ao advogado	R\$ 40.787,49
Pagamento em favor de perito	R\$ 6.166,87
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 355.296,04
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 104.931,67
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 33.833,56
Recolhimento de custas processuais	R\$ 5.646,26
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 1.388,62
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 3.918,94
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 445.322,99
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 2.897,46
Total	R\$ 1.003.811,04

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, o Juiz titular, Paulo Roberto Vieira Rocha, participou de cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011.

Magistrado	Descrição - 1º e 2º semestres
PAULO ROBERTO VIEIRA ROCHA	<p>Webinário Prejud explicado: agilidade e efetividade aos processos previdenciários</p> <p>Assédio Moral e Assédio Sexual – PROAD 1504/2023 – 14/ABRIL – 2 h/a – ZOOM</p> <p>Aumentando a produtividade com as ferramentas Google (autoinstrucional) - PROAD 3633/2023 - 10 a 24/abril - 10 h/a</p> <p>Democracia e meio ambiente do trabalho</p> <p>CFC sobre Direito Previdenciário aplicado às Relações de Trabalho – PROAD 5266/2023 – 10/05 – 30h/a</p> <p>CFC sobre Impactos do Assédio na Saúde Mental</p> <p>CFC sobre o Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências – proad 6226/23</p> <p>Técnicas Avançadas de Execução Trabalhista – PROAD 1437/2023 – 23/05 a 20/06/2023 – 27h/a</p> <p>Cálculos Trabalhistas no Pje-Calc – 02 e 03/08/2023 – 8h/a</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais – 13 a 15/09/2023 – Presencial – 15h30 h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital – 28/08 a 11/10</p> <p>CFC sobre Direito Constitucional do Trabalho – 23/10 a 06/12 – 30h/a – EAD</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ANTONY CANDIDO N. DA SILVA NETO	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP
HEITOR EUSTAQUIO PEREIRA LEMOS	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP
JOSÉ JACIO DA F.FURTADO	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2023) / ENAP
JOY ALLAN DE SOUSA	PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS / ELABORADO PELO TRT DA 6ª REGIÃO / PROMOVIDO PELO CSJT - CEDUC - JT WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 / CSJT - CEDUC - JT WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
LEONARDO S. ARROXELAS M. DE LUNA	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP TRT - PROGRAMA ACOLHIDA DOS NOVOS SERVIDORES - 2023 / TRT DA 13ª REGIÃO - SEGEPE TRT - FORMAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES RECÉM-EMPOSSADOS DO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE HÍBRIDA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUN/2023) / ENAP
PATRICIA CRISTINA FÉLIX M. ANDRADE	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JAN/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2023) / ENAP
REBECA SAMICO RODRIGUES BARRETO	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP TRT - PROGRAMA ACOLHIDA DOS NOVOS SERVIDORES - 2023 / TRT DA 13ª REGIÃO - SEGEPE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - FORMAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES RECÉM- EMPRESSADOS DO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUN/2023) / ENAP</p>
SEVERINO DOS RAMOS DA SILVA NERY	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) /ENAP</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SONY REGINA SILVEIRA BRAGA	<p>ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO DO TRABALHO / IGEX -INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p>
SUZANA LIMA DA SILVA	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) /ENAP</p> <p>TRT - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA - EDIÇÃO 2023 / SEGEPE DO TRT 13ª REGIAO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP</p>
WELTON DA SILVA MANGUEIRA	<p>TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 1 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIAO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD13 EM PARCERIA COM A CSAUDE</p> <p>TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANY</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL. TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 /CSJT - CEDUC - JT
--	--

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 55 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 110/2023, havendo a prolação de 15 despachos correicionais no PJe.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação do que conclusão para sentença/decisão em ação de Homologação da Transação Extrajudicial (HTE), nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, a exemplo do processo 0000626-29.2023.5.13.0033, ou quando houver pedido de parcelamento da execução, a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;
- c) quando da primeira citação da reclamada no processo, orientar a equipe a fazer uso do Tipo de Expediente “notificação inicial” a fim de permitir a citação da empresa por meio do DOMICÍLIO ELETRÔNICO;
- d) instruir a equipe a proceder ao cadastro das parcelas dos acordos homologados pelo juízo, inclusive, no que diz respeito às verbas previdenciárias, honorários periciais e custas processuais, atentando para a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

necessidade de retificar o registro de parcelas lançadas de forma equivocada ou em duplicidade, e acompanhando e controlando o lançamento mensal das referidas parcelas na movimentação processual, a fim de manter a fidedignidade dos dados estatísticos informados (0000120-19.2024.5.13.0033);
e) quando do retorno dos autos da instância superior, orientar a equipe a proceder à imediata conclusão ao magistrado, para determinar o levantamento do depósito efetuado com o recurso, em observância ao disposto no § 1º do art. 899 da CLT (0000496-39.2023.5.13.0033);

f) orientar a equipe quanto aos procedimentos de inclusão de chip “CTPS - anotar” e cadastramento de atividades no gigs quando houver pendência de cumprimento de obrigação de fazer, a fim de otimizar a rotina de controle pela secretaria;

g) orientar a equipe ao observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, atentar para a conversão da execução provisória em definitiva, evitando o ocorrido nos autos de nº 0000226-15.2023.5.13.0033 que permaneceu tramitando na unidade judiciária como Cumprimento Provisório de Sentença;

h) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido no processo 0000305-57.2024.5.13.0033;

i) adotar a praxe de selecionar o “tipo de documento” disponibilizado no PJe ao anexar as pesquisas realizadas nas ferramentas eletrônicas utilizadas pelo juízo;

j) nos casos de incidentes processuais (recurso ordinário, recurso adesivo, embargos de declaração, embargos à execução, IDPJ, etc.), proceder à alteração do tipo de petição quando protocolizados como petições inespecíficas e recebidos, atentando para a baixa estatística do incidente por meio da conclusão específica dos autos no PJe, (0000244-36.2023.5.13.0033), como também quando protocolizados como incidentes processuais, a exemplo de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IDPJ, e não recebidos (0000596-91.2023.5.13.0033), a fim de evitar pendências estatísticas;

k) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias, como ocorrido no processo 0000292-92.2023.5.13.0033 em que houve um primeiro bloqueio no valor de R\$ 342,82 no dia 28/06/2024 e a intimação à parte reclamada só ocorreu no dia 31/07/2024 muito depois do encerramento da “Teimosinha”;

l) orientar a equipe a observar com mais atenção o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, incluindo o prazo e o tipo de atividade (BNDT) no Gigs, a fim de possibilitar o monitoramento do vencimento;

m) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais, inclusive, via apólice de seguro, quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais (ex: 0000126-94.2022.5.13.0033);

n) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, com atenção para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, orientando a equipe a observar a correta conclusão no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão” quando do preenchimento do complemento adequado a cada situação, em cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, evitando a conclusão dos autos para despacho, como ocorrido no processo 0000234-89.2023.5.13.0033;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- o) quando da expedição de ofícios precatórios e RPV's, observar o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314//2021 do CSJT, para que sejam elaborados individualmente, por beneficiário (ex: 0000474-78.2023.5.13.0033), como também consignar o prazo para pagamento quando expedidos no PEC, a fim de alimentar essa informação no sistema GPREC, com o consequente registro do respectivo pagamento (ex: CumSen 0000220-42.2022.5.13.0033);
- p) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, atentando para a consulta ao relatório SAOPJE "Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação", evitando o ocorrido no processo 0000430-98.2019.5.13.0033, ainda pendente de alimentação no sistema GPREC;
- q) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- r) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;
- s) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora enaltece o desempenho da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, destacando o excelente trabalho realizado na prestação jurisdicional e o elevado padrão de eficiência alcançado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedoria Regional, com grande satisfação, destaca que a Unidade, sob correição, alcançou o cumprimento de todas as metas, no exercício base de 2023: Meta 1 (106,45%), Meta 2 (107,53%), Meta 3 (106,41%) e Meta 5 (176,57%), desempenho notável do trabalho excepcional realizado. A Corregedoria elogia a equipe pelo esforço e recomenda que continuem se dedicando com o mesmo empenho para manter a excelência do trabalho.

De igual modo, congratula a Unidade pela expressiva redução dos feitos pendentes de solução na fase de conhecimento - aguardando prolação de sentença - de 17 processos em 2023 para 6 processos no atual exercício (janeiro a julho), recomendando à equipe que seja dada continuidade até o final deste exercício.

Observa, ainda, com grande satisfação, que, no ano-base de 2023, a Vara correicionada ocupou o 1º lugar entre as unidades de porte similar em relação ao menor tempo médio de duração dos processos na fase de execução. No exercício atual, de janeiro a julho, a Unidade vem se mantendo na 1ª colocação.

Destaca, também, o ótimo índice de conciliação (50,97%), bem superior à meta do Regional para este ano base de 2024, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de 136,39%, alcançada no exercício de 2023 (106,41%), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Ressalta-se, portanto, a importância da participação do magistrado titular e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO	
0000670-48.2023.5.13.0033	0000730-21.2023.5.13.0033
0000219-86.2024.5.13.0033	0000671-33.2023.5.13.0033
0000434-62.2024.5.13.0033	0000262-23.2024.5.13.0033
0000701-68.2023.5.13.0033	0000242-32.2024.5.13.0033
0000441-54.2024.5.13.0033	0000433-77.2024.5.13.0033
0000283-96.2024.5.13.0033	0000090-81.2024.5.13.0033
0000318-56.2024.5.13.0033	0000374-89.2024.5.13.0033
0000430-25.2024.5.13.0033	0000548-98.2024.5.13.0033
0000216-34.2024.5.13.0033	0000531-62.2024.5.13.0033
0000147-02.2024.5.13.0033	0000371-37.2024.5.13.0033
0000079-86.2023.5.13.0033	0000444-09.2024.5.13.0033
0000340-17.2024.5.13.0033	0000291-73.2024.5.13.0033

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA	
0000120-19.2024.5.13.0033	0000248-39.2024.5.13.0033
0000050-02.2024.5.13.0033	0000305-57.2024.5.13.0033
0000274-37.2024.5.13.0033	0000506-83.2023.5.13.0033
0000626-29.2023.5.13.0033	0000099-77.2023.5.13.0033
0000161-20.2023.5.13.0033	0000234-89.2023.5.13.0033
0000292-92.2023.5.13.0033	0000006-17.2023.5.13.0033
0000596-91.2023.5.13.0033	0000535-20.2024.5.13.0027
0000226-15.2023.5.13.0033	0000476-14.2024.5.13.0033

DESPACHOS CORREICIONAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000471-26.2023.5.13.0033	0000114-46.2023.5.13.0033
0000496-39.2023.5.13.0033	0000220-42.2022.5.13.0033
0000246-69.2024.5.13.0033	0000037-03.2024.5.13.0033
0000428-89.2023.5.13.0033	0000005-32.2023.5.13.0033
0000647-05.2023.5.13.0033	0000452-20.2023.5.13.0033
0000302-44.2020.5.13.0033	0000168-75.2024.5.13.0033
0000474-78.2023.5.13.0033	0000117-35.2022.5.13.0033
0000340-51.2023.5.13.0033	